



Eurobarómetro Standard 96
Inverno 2021 - 2022

Opinião Pública na União Europeia

Relatório nacional PORTUGAL

Trabalho de campo: Janeiro – Fevereiro
2022



Esta sondagem foi encomendada e coordenada pela Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação.

Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Este documento não representa o ponto de vista da Comissão Europeia. As interpretações e opiniões nele contidas são da responsabilidade exclusiva dos autores.

Opinião Pública na União Europeia

Eurobarómetro Standard 96- Inverno 2021-2022

A opinião pública na União Europeia, relatório nacional

Língua

PT

© União Europeia, 2022

<https://www.europa.eu/eurobarometer>

Photo credit: Getty Images



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	4
II. PRINCIPAIS RESULTADOS	6
1. Melhoria na avaliação da situação económica em Portugal	7
2. Satisfação com a democracia nacional é a mais alta desde o início da pandemia	7
3. Portugueses destacam-se pelo seu apoio ao projeto europeu	7
4. Portugueses satisfeitos com as políticas implementadas no combate à pandemia	7
III. PORTUGAL: O ATUAL CLIMA DA OPINIÃO PÚBLICA	8
IV. PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA	12
V. OS PORTUGUESES E A PANDEMIA	15
NOTAS CONCLUSIVAS	18

I. INTRODUÇÃO



1. Introdução

O Eurobarómetro 96 foi realizado no inverno de 2021/2022, no âmbito da análise regular da opinião pública levada a cabo pela Comissão Europeia. Este relatório nacional analisa os dados relativos a Portugal, situando-os em perspetiva comparada com os demais Estados-Membros da União Europeia (UE). O relatório está estruturado em três secções. Na primeira, são analisadas as opiniões dos portugueses em relação à atual situação económica e política. Na segunda secção, o relatório examina as atitudes e opiniões dos portugueses relativamente à União Europeia e ao processo de integração europeia. Por fim, a terceira secção apresenta as perspetivas dos portugueses em relação às medidas de contenção da pandemia, com um enfoque nos instrumentos lançados pela Comissão Europeia para conter os efeitos da pandemia. Sempre que relevante, apresentam-se análises comparativas, perspetivas longitudinais e a desagregação com dados com base nos perfis sociodemográficos dos inquiridos.

Em Portugal, o trabalho de campo foi realizado entre os dias 19 de janeiro e 14 de fevereiro de 2022. O período do trabalho de campo coincidiu com dois acontecimentos fundamentais: a realização de eleições legislativas antecipadas e a quarta vaga da pandemia em Portugal.

As eleições legislativas, a 30 de janeiro de 2022, foram convocadas após a não aprovação do Orçamento de Estado para 2022. Pela primeira vez desde a transição para a democracia, o projeto de Orçamento de Estado português foi rejeitado no Parlamento. Esta rejeição decorreu num contexto de difícil cooperação e entendimento entre os partidos de esquerda que, em 2015, apoiaram a formação de um Governo minoritário do Partido Socialista. Após as eleições de 2019, esta cooperação tornou-se consideravelmente mais frágil. Com efeito, o avanço da legislatura do Governo minoritário socialista foi marcado por uma crescente tensão entre o apelo ao fim da austeridade (o caminho preferido pelos anteriores parceiros da denominada «geringonça»: Bloco de Esquerda e Partido Comunista) e o esforço de manutenção da consolidação orçamental, em que o Governo socialista estava focado. Embora esta cooperação tenha permitido a viabilização de seis Orçamentos de Estado, algo impensável antes da experiência da «geringonça», a aprovação do Orçamento de Estado de 2020 com a abstenção tanto do Bloco de Esquerda como do Partido Comunista indiciava a fragilidade da cooperação entre os partidos à esquerda.

Após várias semanas de negociações, o Governo minoritário do Partido Socialista não conseguiu obter apoio suficiente para garantir a aprovação do Orçamento de Estado para 2022. O Bloco de Esquerda insistia no aumento do salário mínimo, na revisão das leis laborais que haviam sido aprovadas durante o programa de assistência económica e financeira (reposição dos 25 dias de férias e revogação do fator de sustentabilidade aplicado às pensões antecipadas). O Partido Comunista, por seu turno, exigia, para além de novos aumentos do salário mínimo (apontando para um aumento de 20 por cento), um aumento das pensões, estimando limites que o Governo Socialista admitia não conseguir cumprir.

Em algumas arenas, procurou-se um consenso entre os ex-parceiros – nomeadamente em relação às leis laborais (pelo aumento das compensações por cessação dos contratos a termo e o aumento do valor a pagar pelas horas extraordinárias). Este esforço foi, contudo, amplamente criticado pelas confederações patronais que acusaram o executivo de desonestidade negocial e de ceder às pressões dos partidos de esquerda.

Durante as negociações, em setembro de 2021, o presidente da República ameaçou avançar com a dissolução do Parlamento – ainda que o primeiro-ministro António Costa tenha assegurado que estaria disposto a governar sem um Orçamento de Estado para 2022, avançando para novas rondas de negociações. A 4 de novembro, o presidente da República confirmou a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas para o final do mês de janeiro.

Estas eleições e o trabalho de campo deste Eurobarómetro decorreram num contexto pandémico, com Portugal a apresentar o mais elevado ritmo de infeções desde o início da pandemia. Apesar de uma elevada taxa de vacinação, Portugal apresentava-se, em janeiro, como o quarto país da União Europeia com maior número de novos casos de infeção diários. O número de casos registado neste mês foi mais de quatro vezes superior ao registado no período homólogo de 2021.

Esta circunstância viria a gerar a previsão de que mais de 800 mil eleitores estariam em isolamento no dia das eleições. Apesar destas previsões, as eleições foram marcadas por um decréscimo da abstenção eleitoral em 3 pontos percentuais face às legislativas de 2019. Registe-se, contudo, que apesar desta melhoria relativa, estas eleições apresentam a terceira taxa de abstenção mais elevada de sempre, apenas superada pelas das eleições de 2015 (44,1) e de 2019 (51,4).

Em termos económicos, o período do trabalho de campo foi marcado por uma aceleração da taxa de inflação em Portugal. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o mês de janeiro de 2022 registou um aumento da inflação de 3,3 por cento, registando um incremento de 0,6 pontos percentuais face ao mês anterior. Este aumento dos custos dos bens e da energia é o mais elevado desde 2012, o primeiro ano do programa de assistência financeira na sequência da crise da Zona Euro.

Finalmente, foi em janeiro de 2022 que Portugal efetuou o primeiro pedido de pagamento no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), um pilar central do instrumento NextGenerationEU, criado pela Comissão Europeia. Este mecanismo foi desenhado para atenuar o impacto económico e social da pandemia e, no contexto nacional, destina-se a estimular a economia, a transição climática e a transição digital.

II. PRINCIPAIS RESULTADOS



1. Melhoria na avaliação da situação económica em Portugal

- Os portugueses continuam a avaliar a situação económica de forma mais negativa do que positiva.
- Contudo, a avaliação da economia nacional é a mais positiva desde o início da pandemia.

2. Satisfação com a democracia nacional é a mais alta desde o início da pandemia

- 72 por cento dos inquiridos em Portugal dizem-se satisfeitos com o funcionamento da democracia
- Os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia são mais elevados em Portugal do que na generalidade da UE

3. Portugueses destacam-se pelo seu apoio ao projeto europeu

- A UE tem uma imagem muito positiva em Portugal
- A maioria dos portugueses tende a confiar na União Europeia, uma proporção superior à média na UE-27
- A maioria dos portugueses considera que os interesses do seu país são devidamente tomados em consideração na União Europeia
- Os portugueses estão entre os povos europeus que mais desejam uma maior velocidade no processo de construção europeia

4. Portugueses satisfeitos com as políticas implementadas no combate à pandemia

- Portugueses surgem entre os menos pessimistas relativamente à capacidade do país recuperar dos efeitos negativos da pandemia
- Portugueses confiam particularmente na União Europeia para tomar as decisões no futuro sobre as estratégias de combate à pandemia
- Tal como os seus congéneres europeus, os portugueses mostram-se divididos quanto à eficácia da Proposta de Plano de Recuperação da Comissão Europeia

III. PORTUGAL: O ATUAL CLIMA DA OPINIÃO PÚBLICA



3. O atual clima da opinião pública em Portugal

Os dois relatórios anteriores destacaram uma avaliação consideravelmente mais negativa da situação económica em Portugal do que na generalidade dos países europeus. Como o Gráfico 3.1 ilustra, embora se mantenha uma diferença substancial em relação à média europeia (16 pontos percentuais), neste inquérito regista-se uma melhoria apreciável na avaliação que os portugueses fazem da situação económica interna. Os portugueses apresentam a avaliação mais positiva da economia desde o início da pandemia, com uma proporção 11 pontos percentuais mais alta de inquiridos a avaliar a situação nacional como boa ou muito boa face à primavera de 2020.

No entanto, se, por um lado, os portugueses melhoraram a sua avaliação da situação da economia nacional ao longo dos últimos dois anos, por outro, esta melhoria tem sido mais lenta e não parece acompanhar o ritmo da média europeia. Com efeito, Portugal situa-se entre os oito países que avaliam mais negativamente a situação económica nacional, com 74 por cento dos portugueses a considerar o estado da economia como mau ou muito mau.

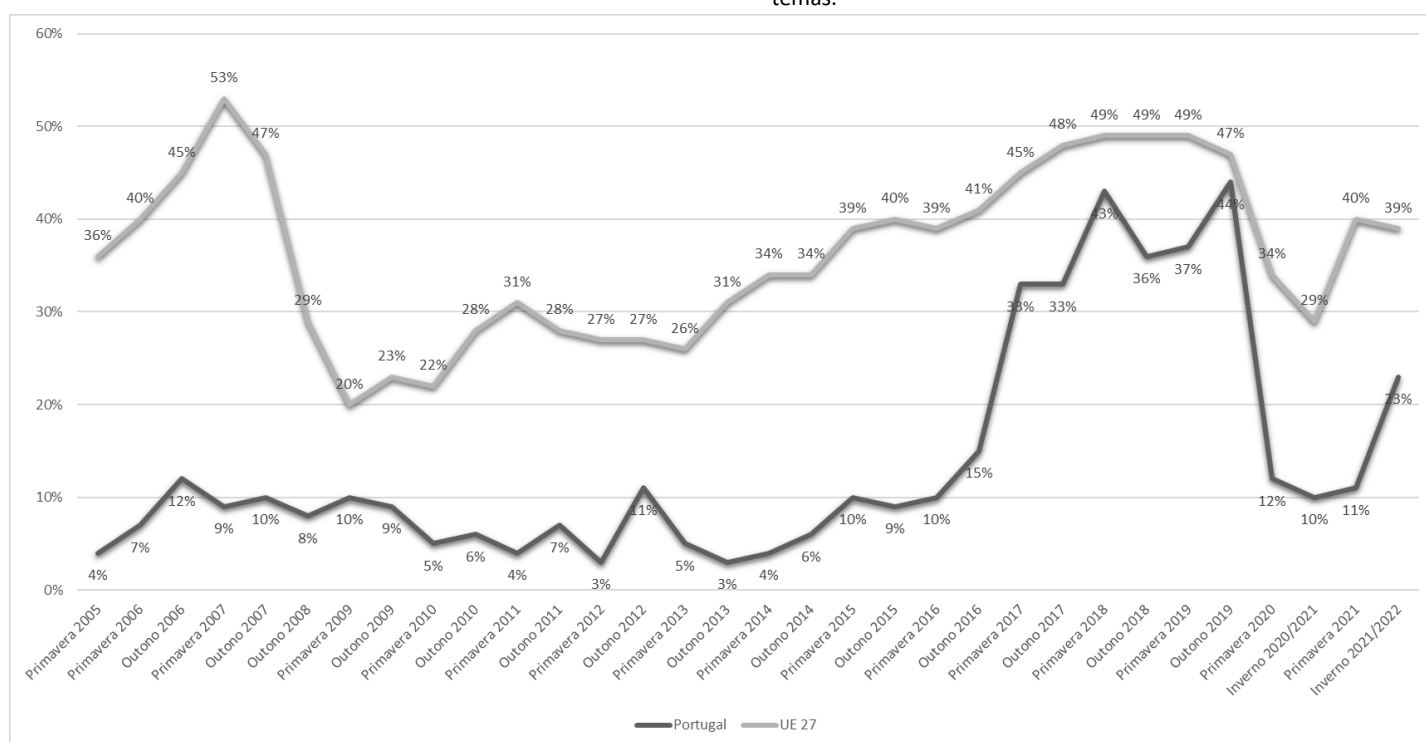
Este duplo padrão na avaliação que os portugueses fazem da situação económica nacional – mais negativa do que a média europeia, mas com uma tendência positiva – é também evidenciado noutros indicadores. A situação do emprego no país é avaliada positivamente por 25 por cento dos portugueses, uma proporção inferior à média europeia de 43 por cento, mas substancialmente superior à registada na primavera de 2021 (com apenas 9 por cento a perspetivar o emprego de forma positiva). A lenta e modesta recuperação das perspetivas sobre a economia nacional é, também, notória na evolução da avaliação da situação pessoal, com uma melhoria de 4 pontos percentuais em relação à avaliação da situação financeira do agregado familiar; e de 5 pontos percentuais em relação à situação profissional, face aos valores registados na primavera de 2021.

Ainda assim, os portugueses surgem entre os cidadãos que encaram o futuro de forma mais otimista, mantendo a tendência já evidenciada no relatório do inverno de 2020/2021. Em janeiro de 2022, 32 por cento dos portugueses encaravam o futuro da economia nacional com otimismo – um incremento de 10 pontos percentuais face ao período homólogo –, sendo este valor apenas superado por Espanha (33 por cento), Itália (35 por cento); Áustria (39 por cento) e Irlanda (50 por cento). Esta tendência é, contudo, mais positiva quanto às expectativas coletivas do que individuais. Na avaliação das expectativas para os próximos 12 meses em termos de situação financeira do agregado familiar, apenas 22 por cento dos portugueses declaram-se otimistas, sendo este um valor idêntico à média dos concidadãos europeus.

A apreciação mais positiva da economia é igualmente consistente com os dados em relação aos principais problemas que o país enfrenta. Tal como se apresenta no Gráfico 3.2, a situação económica do país, tipicamente considerada o maior problema pelos portugueses (no inverno de 2020/2021, cinco em cada 10 inquiridos destacavam este problema) é ultrapassada por outros temas.

Gráfico 3.1 – Avaliação da economia nacional em Portugal e na UE, 2005-2021

(percentagem de inquiridos que referem uma avaliação boa ou muito boa)

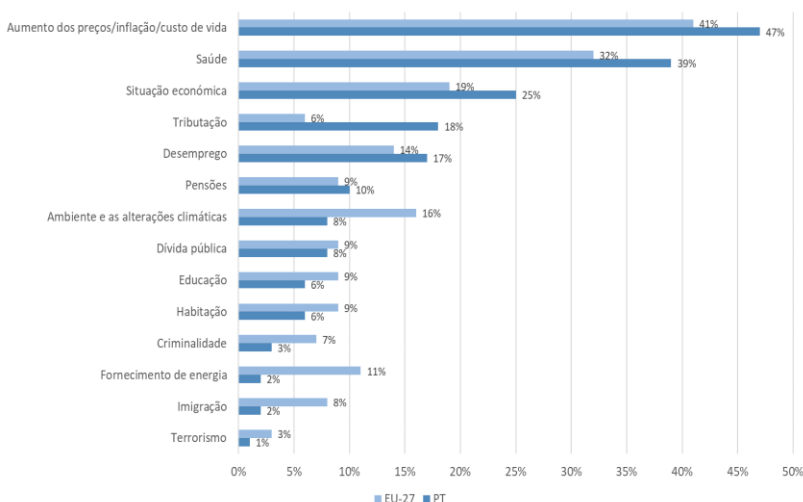


Eurobarómetro Standard 96 Inverno 2021 - 2022

De facto, neste inverno de 2021/2022, 47 por cento dos portugueses destacam o aumento da inflação como o problema mais importante para o país. Esta preocupação com a inflação quase triplicou face ao período homólogo de 2021, quando apenas 17 por cento dos portugueses destacavam este tema.

A saúde (39 por cento), a situação económica (25 por cento) e a carga fiscal (18 por cento) surgem como temas que preocupam mais os portugueses do que a média dos concidadãos europeus, como podemos observar no Gráfico 3.2. Merece particular destaque a preocupação dos portugueses relativamente à tributação fiscal, dado que Portugal surge como o segundo país em que esta referência é a mais frequente, sendo apenas precedido pela Lituânia (27 por cento). A carga fiscal é apenas destacada por 6 por cento dos inquiridos no conjunto dos países da UE.

Gráfico 3.2 – Problemas mais importantes que o país enfrenta
(percentagem de inquiridos que referem cada problema; duas respostas possíveis)

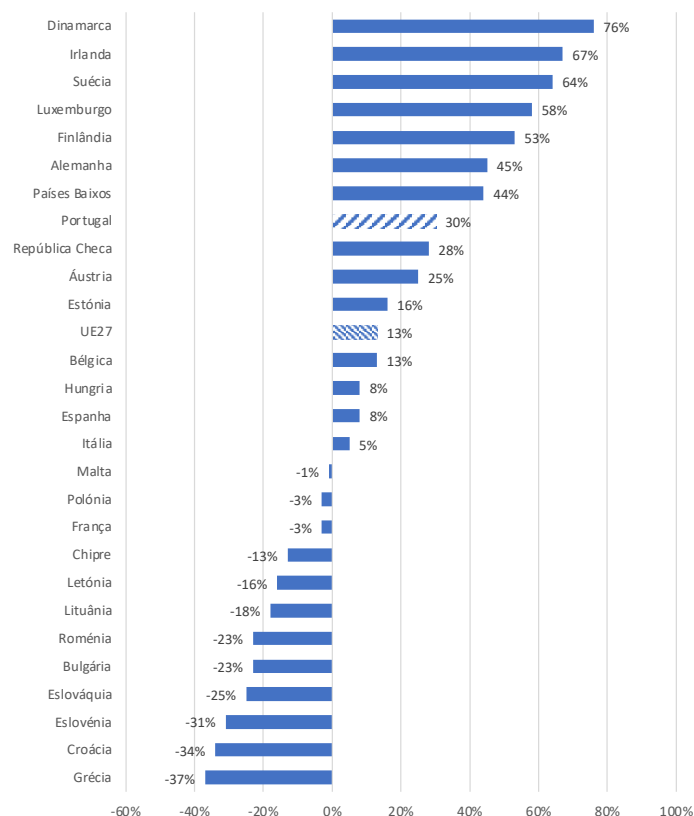


Por sua vez, a generalidade dos europeus tendem a destacar, de forma mais expressiva do que os portugueses, as questões ambientais e as alterações climáticas (16 por cento), o fornecimento de energia (11 por cento) ou a imigração (8 por cento). Os portugueses surgem entre os cidadãos menos preocupados com as questões energéticas (a par dos inquiridos em Malta, Grécia e Chipre), figurando ainda entre os cidadãos que menos se preocupam com a imigração (a par dos da República Checa, Irlanda e Eslováquia). Nestes temas não se registou, no inverno de 2021/2022, qualquer variação face ao mesmo período de 2020.

Consideremos, agora, as perspetivas dos portugueses relativamente à esfera política. O aspeto mais relevante é um regresso às avaliações positivas do funcionamento da democracia nacional. No inverno de 2020/2021, a maioria dos portugueses (52 por cento) declarava-se insatisfeita com o funcionamento da democracia. Neste inverno, quase dois terços dos portugueses apresentam-se satisfeitos, com o país a situar-se em oitavo lugar na

UE-27 em termos de saldo positivo, bem acima da média europeia (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 – Satisfação com a democracia,
(diferença entre avaliações positivas e negativas)

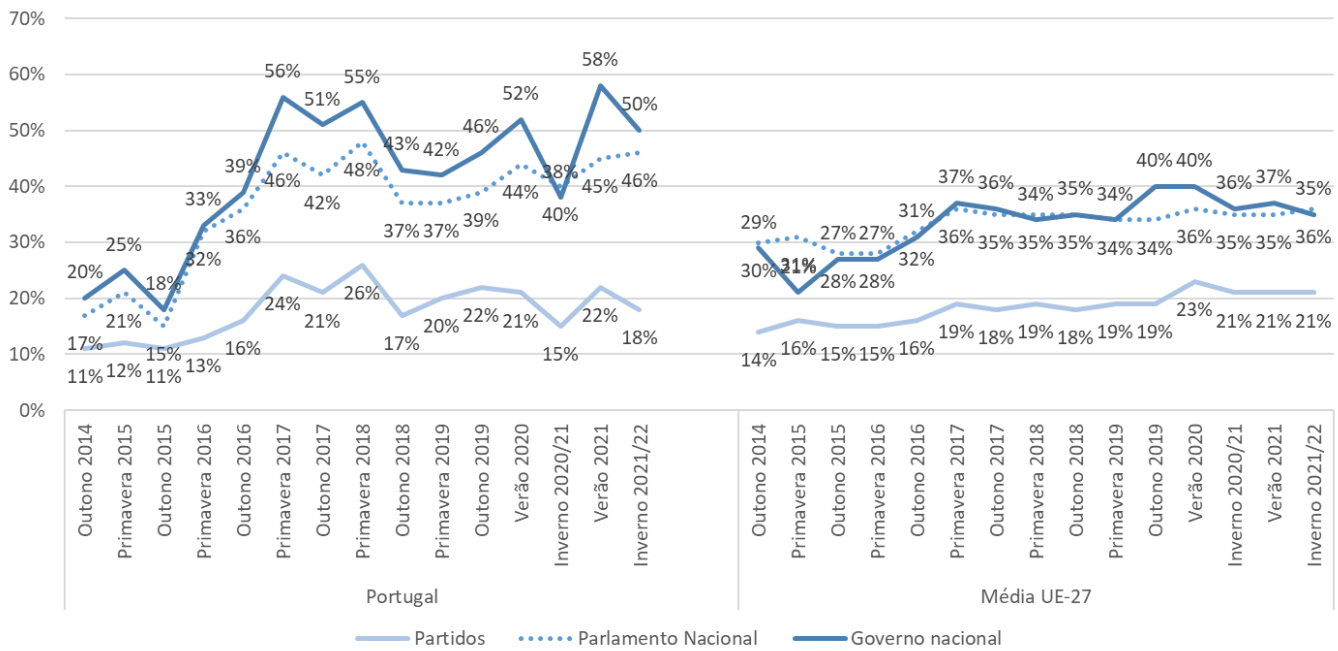


Por fim, analisamos as atitudes dos portugueses em relação a três instituições: Governo, partidos e Paramentos (Gráfico 3.4). O relatório do inverno de 2020/2021 registava quebras consideráveis na confiança dos inquiridos face a estas instituições. No verão desse ano, registou-se uma melhoria na confiança dos portugueses, sendo particularmente saliente no caso do Governo nacional, instituição em que a confiança dos portugueses registou um aumento de 20 pontos percentuais. Contudo, neste inverno de 2021/2022, a proporção de cidadãos nacionais que confia no Governo caiu de forma modesta, cifrando-se, ainda assim, num patamar superior ao período homólogo. A confiança no Governo é mais elevada entre os cidadãos com mais de 55 anos (55 por cento), reformados (59 por cento) e entre aqueles que se definem como sendo de esquerda (64 por cento). Neste relatório regista-se, ainda, uma ligeira quebra na confiança nos partidos políticos desde o verão de 2021, na ordem dos 4 pontos percentuais. A confiança nos partidos políticos tende a ser maior entre os jovens com idade até 24 anos (29 por cento) e entre os inquiridos que se declaram de esquerda (22 por cento). Em termos comparativos, a confiança dos portugueses nestas instituições é, agora, superior à média da UE-27: 10 pontos percentuais, no caso da confiança nos Paramentos;

Eurobarómetro Standard 96 Inverno 2021 - 2022

e 15 pontos percentuais no caso dos Governos nacionais. Pelo contrário, os portugueses tendem a confiar ligeiramente menos nos partidos políticos (3 pontos percentuais).

**Gráfico 3.4 Confiança em instituições políticas nacionais:
evolução 2014-2022**
(percentagem de inquiridos que "tendem a confiar")



IV. PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

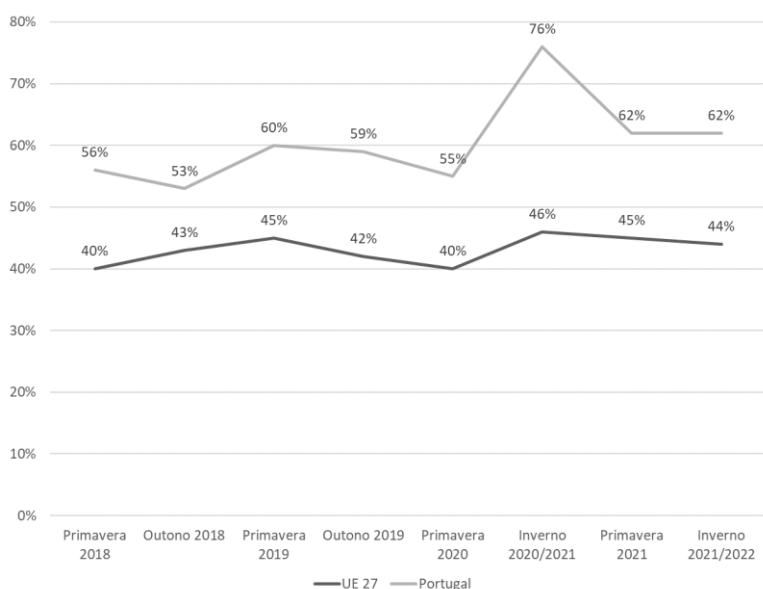


Eurobarómetro Standard 96 Inverno 2021 - 2022

4. A imagem da União Europeia

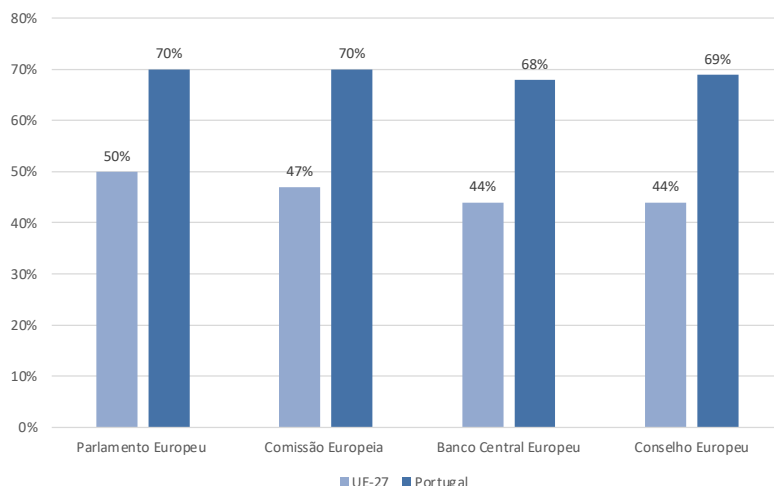
A União Europeia surge, neste Eurobarómetro, com uma imagem mais positiva em Portugal do que no conjunto dos Estados-Membros (62 por cento, contra 44 por cento de média europeia, expressa uma visão positiva), mantendo-se o padrão identificado nos anteriores relatórios, como se apresenta no Gráfico 4.1. Portugal surge com a segunda proporção mais elevada de inquiridos que expressam uma imagem positiva da União Europeia no conjunto da UE-27, apenas superada pela Irlanda (71 por cento). A imagem positiva da UE é mais destacada entre os portugueses mais jovens (74 por cento dos inquiridos entre os 15 e os 24 anos apresentam uma imagem positiva ou muito positiva da UE) e entre aqueles com uma perspetiva mais positiva do estado da economia nacional (77 por cento). Pelo contrário, a UE é perspetivada de forma mais negativa pelos reformados (10 por cento), trabalhadores manuais (10 por cento) e domésticas (11 por cento).

Gráfico 4.1 – Imagem da União Europeia, 2018-2021
(percentagem de inquiridos que afirmam ter imagem "muito positiva" ou "positiva" da UE)



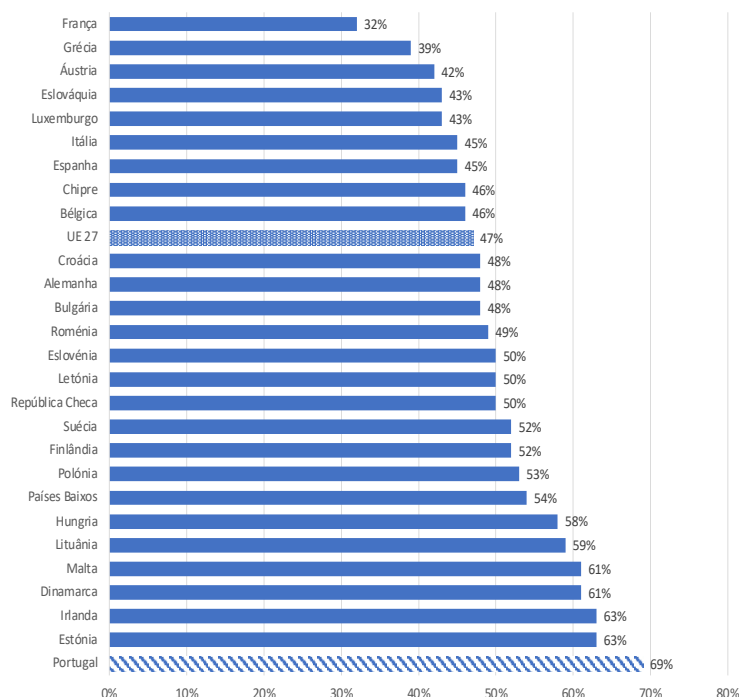
Procedemos também à análise das atitudes face às instituições europeias. A imagem positiva da UE, em Portugal, encontra eco noutros indicadores deste Eurobarómetro. A confiança dos portugueses nas quatro instituições apresentadas no Gráfico 4.2 é, de forma consistente, significativamente superior à média europeia. Os portugueses são os cidadãos que mais confiam no Conselho Europeu, na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu. Portugal apresenta-se, assim, em claro contraste com a França, que apresenta os níveis de confiança mais baixos. O grau de confiança nas instituições europeias, contudo, é consideravelmente inferior ao reportado no inverno de 2020/2021: em média, a confiança dos portugueses nestas instituições caiu 12 pontos percentuais, enquanto esta variação é residual no cômputo geral da UE-27.

Gráfico 4.2 – Confiança nas Instituições Europeias
(percentagem de inquiridos que confiam)



Adicionalmente, a maioria dos portugueses (69 por cento) tende a confiar na União Europeia, uma proporção superior à média europeia (47 por cento) (Gráfico 4.3); e mais de 4 em cada 5 consideram-se cidadãos europeus (85 por cento), mais uma vez acima da média europeia (71 por cento). Os portugueses consideram também que os interesses do seu país são devidamente tomados em consideração na UE (71 por cento, contra uma média europeia de 57 por cento) e estão maioritariamente satisfeitos com o funcionamento da democracia na União Europeia, com 74 por cento dos inquiridos a afirmar-se satisfeitos ou muito satisfeitos, a segunda proporção mais alta entre os Estados-Membros da UE-27, 19 pontos percentuais acima da média europeia.

Gráfico 4.3 – Confiança na União Europeia
(percentagem de inquiridos que refere confiar na UE)



Eurobarómetro Standard 96 Inverno 2021 - 2022

Para além disso, 73 por cento dos portugueses rejeitam a ideia de que o país poderia enfrentar melhor o futuro fora da UE. Apenas a Holanda (16 por cento), Dinamarca (19 por cento), Alemanha (19 por cento) e Estónia (19 por cento) parecem concordar com esta ideia, situando-se abaixo da média da UE (28 por cento). Ainda assim, note-se que a proporção de inquiridos que rejeitam a ideia de que Portugal estaria melhor fora da UE caiu 11 pontos percentuais face ao período homólogo de 2021.

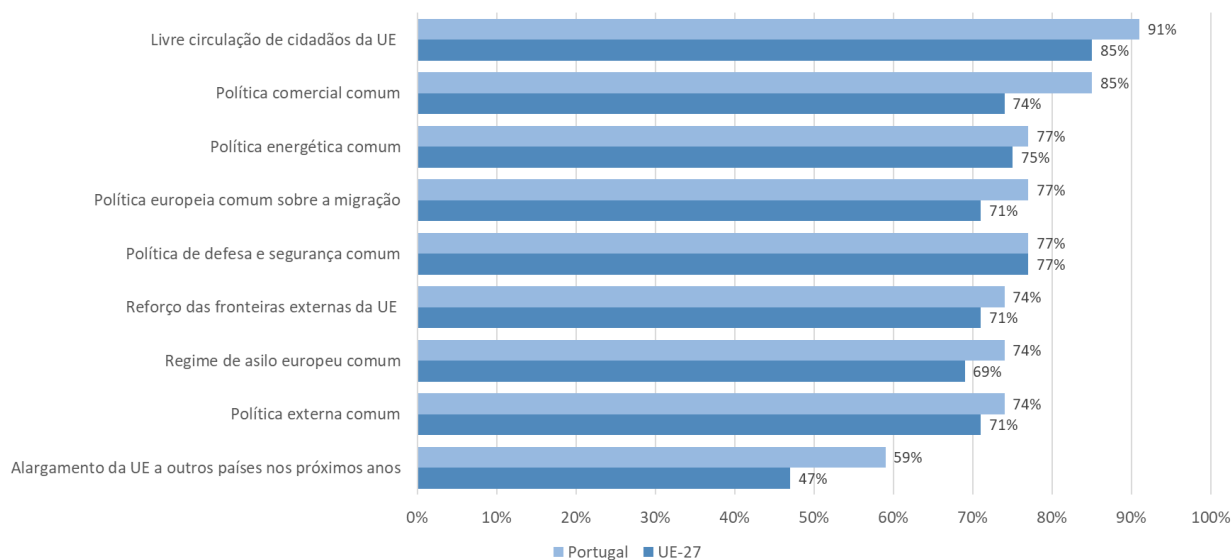
Vale, por fim, a pena considerar que a confiança dos portugueses é elevada não apenas em relação às instituições europeias, mas também em relação a outras organizações internacionais. Com efeito, os portugueses surgem entre os cidadãos que mais confiam nas Nações Unidas (70 por cento), sendo apenas superados pelos dinamarqueses (79 por cento). Estes povos apresentam taxas de confiança substancialmente superiores à média europeia (48 por cento). Contudo, apenas cerca de cinco em cada 10 portugueses afirmam confiar na NATO (53 por cento) sendo, ainda assim, um valor superior à média da UE (45 por cento).

Por fim, os portugueses estão entre os cidadãos europeus mais favoráveis a uma maior e mais rápida integração europeia. No nosso país, 73 por cento dos inquiridos consideram que mais decisões deveriam ser tomadas ao nível da UE, contra uma média europeia de 57 por cento. Apenas Espanha e Chipre surgem com proporções de inquiridos mais favoráveis, contra a perspetiva menos integracionista da Suécia (26 por cento), Finlândia (31 por cento) Eslováquia (33 por cento) e Dinamarca (34 por cento).

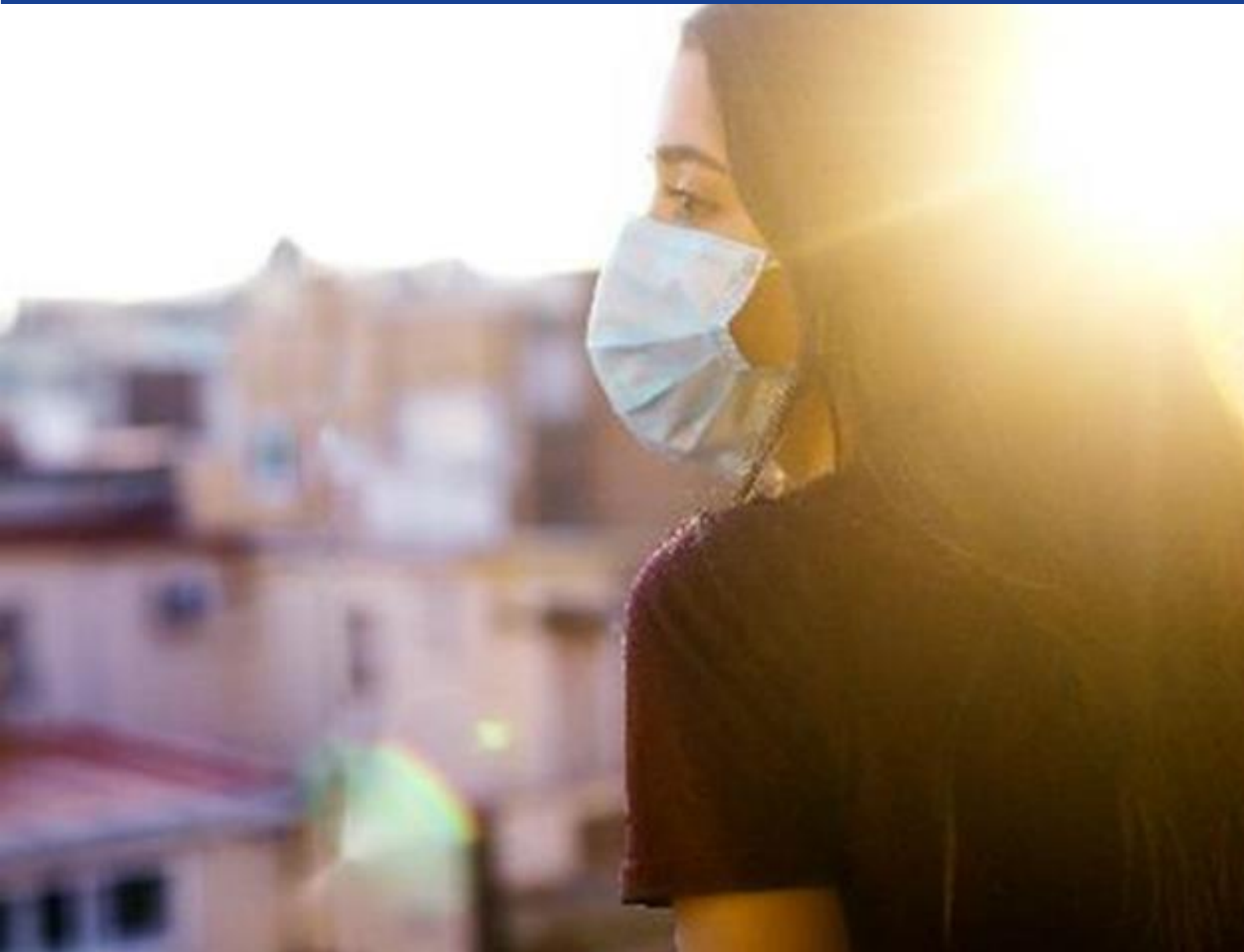
Este apoio a uma integração mais célere e intensa é transversal a várias áreas. Como o Gráfico 4.4 ilustra, a maioria dos portugueses é favorável ao processo de integração, de forma mais acentuada do que a média da UE-27, em todas as dimensões apresentadas. Contudo, o gráfico também indica que os portugueses não apoiam a integração de forma igual em todas as áreas, sendo particularmente favoráveis no que diz respeito à livre circulação de cidadãos da União Europeia e uma política comercial comum, mas de forma menos intensa quanto à perspetiva de novos alargamentos nos próximos anos.

Gráfico 4.4 - Opinião sobre políticas específicas

(Percentagem de inquiridos que concordam com maior poder da UE em políticas públicas específicas)



V. OS PORTUGUESES E A PANDEMIA

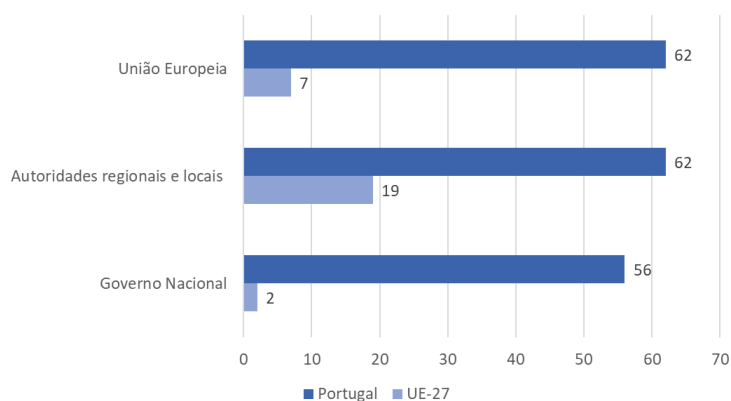


5. A União Europeia e a pandemia

Em geral, é entre os portugueses que se encontram níveis de satisfação mais elevados em relação às políticas implementadas pelo Governo nacional, entidades locais e regionais e pela União Europeia. O Gráfico 5.1 apresenta as diferenças entre as proporções de inquiridos satisfeitos e insatisfeitos. Como se pode verificar, enquanto a generalidade dos europeus está, em larga medida, dividida quanto ao desempenho destas instituições, os portugueses surgem claramente satisfeitos, apresentando os diferenciais mais elevados entre avaliações positivas e negativas. Este diferencial situa-se nos 56 pontos percentuais quando consideramos o desempenho do Governo nacional (apenas superado pela Irlanda e Dinamarca) e 62 pontos percentuais em termos das apreciações sobre as medidas dos governos locais (apenas superado pela Dinamarca). Aqui, vale a pena destacar que 77 por cento dos portugueses consideram que as medidas de restrição tomadas pelas autoridades públicas em Portugal para combater o coronavírus foram justificadas. Assim, de uma forma geral, os portugueses parecem ter ultrapassado a visão mais pessimista da atuação destas instituições verificada no inverno de 2020/2021, em que se encontravam claramente divididos relativamente à satisfação com as medidas implementadas pelo Governo nacional no combate à pandemia.

Gráfico 5.1 – Satisfação com as políticas de combate à pandemia

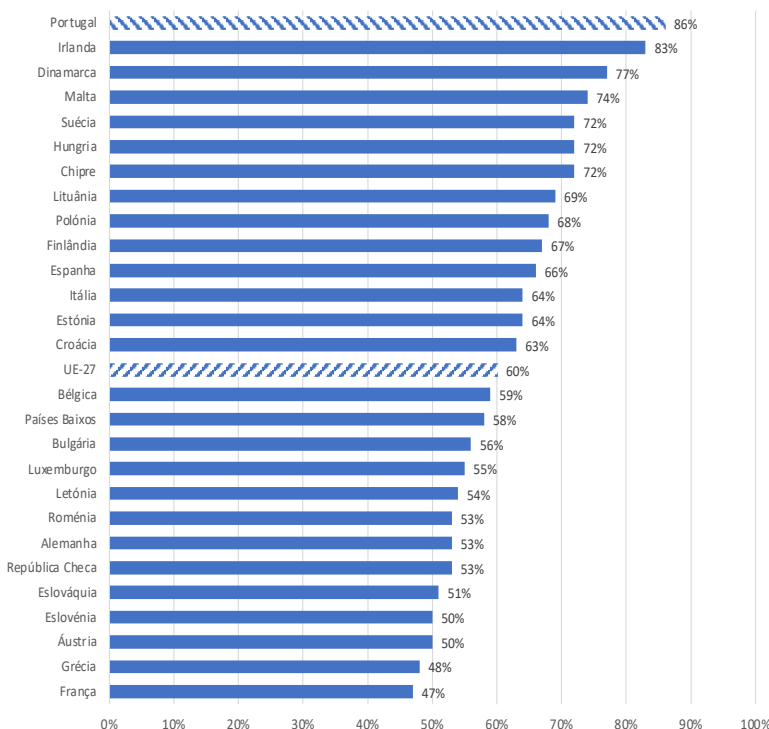
(diferença entre satisfeitos e insatisfeitos)



Finalmente, Portugal surge como o país mais satisfeito com as medidas tomadas pela União Europeia para combater a pandemia. 79 por cento dos portugueses partilham esta perspetiva, um valor acima da média da UE (49 por cento). Pelo contrário, é em França (36 por cento), na Grécia (38 por cento) e na Eslováquia (38 por cento) que as opiniões dos cidadãos face às medidas adotadas pela UE são mais negativas. Não é, assim, de espantar que sejam os portugueses quem mais confia na UE para tomar as decisões certas no futuro (86 por cento), como se verifica no Gráfico 5.2.

Gráfico 5.2 – Confiança na UE para tomar as decisões no futuro

(Percentagem de inquiridos que concordam)

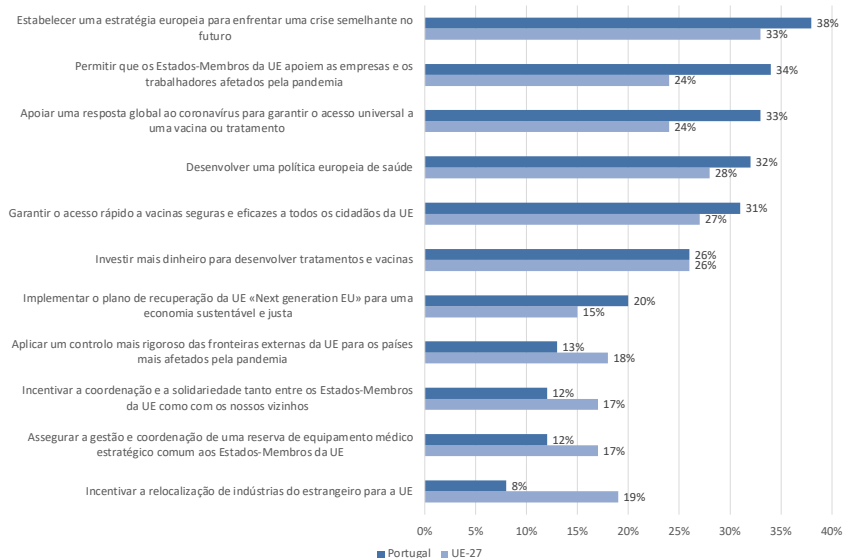


Ainda assim, a clara maioria dos portugueses (76 por cento) considera que a economia portuguesa demorará a recuperar os efeitos negativos da pandemia, perspetivando a recuperação para 2023. À semelhança do inverno de 2020/2021, os portugueses parecem estar mais otimistas em relação à recuperação da economia, dado que apenas 9 por cento acredita que economia nacional nunca recuperará. Pelo contrário, as visões mais pessimistas sobre a recuperação da economia surgem em países do Leste europeu: Polónia (22 por cento), Letónia (23 por cento) Hungria (28 por cento) e Eslováquia (28 por cento)

Em larga medida, em linha com as preferências dos seus congéneres europeus, os portugueses surgem como favoráveis à existência de uma estratégia europeia para enfrentar uma crise semelhante (38 por cento contra uma média da UE-27 de 33 por cento). Quando questionados sobre um conjunto de prioridades (Gráfico 5.3), os portugueses divergem dos valores médios da UE-27, apresentando-se como mais favoráveis à existência de apoios europeus às empresas e cidadãos afetados pela pandemia (34 por cento) e aos esforços para que exista uma resposta global à pandemia e a garantia de acesso a vacinas ou tratamentos (33 por cento). Pelo contrário, os portugueses são menos favoráveis do que os seus congéneres europeus relativamente a medidas que incentivem a recolocação de indústrias estrangeiras na União Europeia (8 por cento) e medidas que assegurem a gestão e coordenação de uma reserva de equipamento estratégico comum na União (12 por cento).

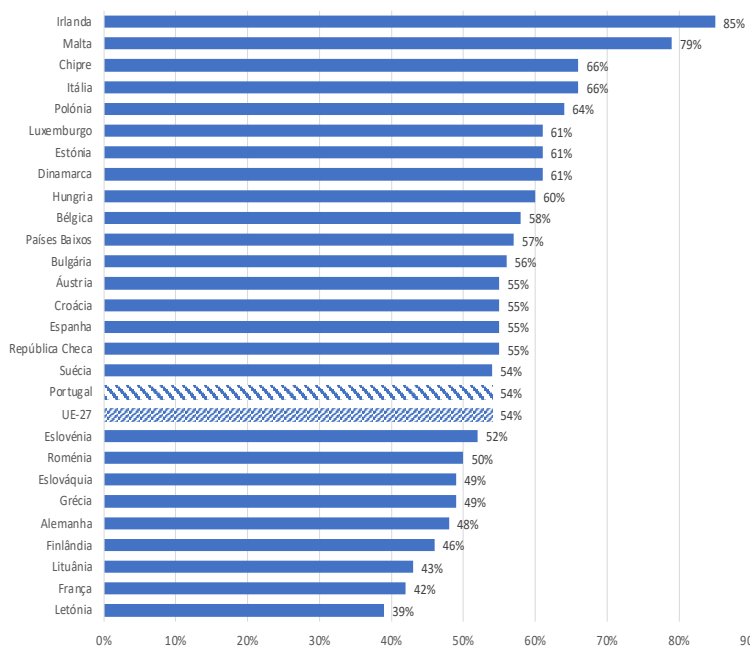
Gráfico 5.3 – Prioridades da União Europeia no combate à pandemia

(Percentagem de inquiridos que concordam, mais do que uma resposta possível)



Por fim, a UE concebeu um plano de recuperação de mais de 800 mil milhões de euros, o NextGenerationEU, para apoiar a economia através de subvenções e empréstimos. A perspetiva dos portugueses surge, aqui, em linha com a média da UE, com apenas 54 por cento dos inquiridos a considerar que o plano é eficaz para responder aos efeitos económicos da pandemia de coronavírus, como se apresenta no Gráfico 5.4. As perspetivas mais otimistas são identificadas entre os irlandeses e malteses. O Plano é, contudo, particularmente percecionado como ineficaz entre os inquiridos da Lituânia, da Letónia e de França.

Gráfico 5.4 – Eficácia do Plano NextGenerationEU
(Percentagem de inquiridos que o consideram eficaz)



NOTAS CONCLUSIVAS



Eurobarómetro Standard 96

Inverno 2021 - 2022

Notas conclusivas

Globalmente, os dados deste Eurobarómetro apontam para uma opinião pública que parece ter ultrapassado o período menos otimista que se vinha a destacar desde o início da pandemia, em março de 2020. Assim, embora as perceções negativas dos portugueses prevaleçam, surgem também sinais de uma perspetiva mais positiva. Nas várias questões sobre a avaliação da atual situação económica, financeira e laboral, observa-se uma lenta recuperação das proporções de avaliações positivas em relação aos inquéritos Eurobarómetro dos últimos dois anos. Esta tendência reflete-se, também, na forma como os portugueses encaram o futuro da economia nacional, embora pareçam revelar maior otimismo em relação ao futuro coletivo do que ao individual e do seu agregado familiar.

Neste inverno de 2021/2022, os portugueses surgem particularmente preocupados com o aumento da inflação, uma preocupação que quase triplicou no espaço de um ano. Os portugueses divergem, de forma significativa, dos congéneres europeus ao destacar a saúde, a situação económica e, sobretudo, a carga fiscal como sendo os principais problemas nacionais.

A evolução positiva também encontra eco na avaliação da União Europeia. As atitudes dos portugueses face à União Europeia apresentam-se em terreno claramente positivo. Neste relatório, o país surge frequentemente como um dos Estados-Membros mais pró-europeus, à semelhança do que acontecia no período pré-resgate. Os portugueses são claramente favoráveis a um reforço da construção europeia, apresentando-se como particularmente favoráveis a uma maior velocidade neste processo.

Neste âmbito, o indicador mais importante prende-se com a imagem positiva da UE, relativamente ao qual Portugal surge não apenas com uma posição bem acima da média europeia, mas também como o segundo país com a mais elevada proporção de inquiridos que expressam uma imagem positiva da União Europeia. Neste capítulo, é também de destacar o facto de os portugueses apresentarem valores acima da média europeia no que diz respeito à confiança nas instituições europeias e um elevado sentimento de cidadania europeia, muito acima dos valores médios europeus. Em relação à integração europeia, neste relatório, Portugal surge como um dos Estados-Membros mais pró-europeus e mais favoráveis a uma maior e mais rápida integração europeia. Os portugueses são, contudo, menos entusiastas relativamente a um futuro alargamento da União Europeia.

Por fim, os portugueses apresentam-se como claramente satisfeitos em relação às políticas implementadas pelo Governo nacional, entidades locais e regionais e pela União Europeia no combate à pandemia. De uma forma geral, nota-se uma evolução positiva face ao inverno de 2020/2021, quando a perspetiva dos portugueses face à atuação destas instituições era bem menos consensual. Além disso, apesar de se registar um agravamento de três pontos percentuais face ao inverno de 2021, os portugueses surgem entre os menos pessimistas relativamente à capacidade do país recuperar dos efeitos negativos da pandemia. Para tal, os portugueses confiam particularmente na União Europeia para

decidir e implementar medidas de resposta à pandemia de COVID-19 no futuro. Em particular, notam como prioridades a existência de uma estratégia europeia para enfrentar uma crise semelhante e a existência de apoios europeus às empresas e cidadãos afetados pela pandemia, sendo, ainda, mais favoráveis do que a média da UE-27 à existência de uma resposta global à pandemia e a garantia de acesso a vacinas ou tratamentos. Ainda assim, deve ser destacado que as proporções de concordância com as diferentes medidas prioritárias são sempre minoritárias. Em linha com a média europeia, os portugueses demonstram-se divididos quanto à eficácia da Proposta de Plano de Recuperação da Comissão Europeia.

